

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

Excelentíssimo Senhor Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2019

Processo Administrativo n.º 55000.018834/2018-09

MAFTUM ASSESSORIA AGROAMBIENTAL E PLANEJAMENTO-ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº26.049.323/0001-63, estabelecida na Travessa João Zeglin,30, Centro, Mandirituba-Paraná, neste ato representada pela sua sócia e Engenheira Agrônoma, Nicolle Genar Maftum, brasileira, solteira, inscrita no CREA PR-15.551/D, legalmente constituída na forma dos seus atos constitutivos, atuando em causa própria, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no Artigo 47 da Lei nº 8.883, de 1994 e item 9.2.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº06/2019, interpor CONTESTAÇÃO À PROPOSTA DO GRUPO 1

Pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor:

1. INEXEQUIBILIDADE DA PLANILHA DE CUSTOS APRESENTADA PELO INSTITUTO GEOMOLÓGICO DO BRASIL LTDA.

1.1 Da remuneração dos profissionais

Há inexecuibilidade quanto à remuneração dos profissionais de agronomia proposto pelo licitante, visto que o salário mínimo profissional para esta categoria é definido pela Lei Federal nº 4950-A/66, a qual sofreu alteração parcial com a Constituição Federal de 1988, que diz:

Artigo 1º - O salário mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pela Escola de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária, é fixado pela presente lei.

Artigo 2º - O salário mínimo fixado pela presente lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos Profissionais definidos no artigo 1º com relação de emprego e função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Artigo 3º - Para os efeitos desta Lei, as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no artigo 1º são classificados em:

a) Atividades ou tarefas com exigências de 6 (seis) horas diárias de serviços.

b) Atividades ou tarefas com exigências de mais de 6 (seis) horas diárias de serviços.

Parágrafo Único - A jornada de trabalho é fixada no contrato ou determinação legal vigente.

Artigo 4º - Para efeitos desta Lei, os profissionais citados no artigo 1º são classificados em:

a) Diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, Agronomia e de veterinária com cursos universitário de 4 (quatro) anos ou mais.

b) Diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, Agronomia e de Veterinária com cursos universitário menos de 4 (quatro) anos.

Artigo 5º - Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "a" do artigo 3º, fica fixado o salário - base mínimo de 6(seis) vezes o maior salário mínimo comum vigente no país, para os profissionais da alínea "a" do artigo 4º. é de 5 (cinco) vezes o maior salário mínimo comum vigente no país, para os profissionais da alínea "b" do artigo 4º.

Artigo 6º - Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "b" do artigo 3º, a fixação do salário - base mínimo será feita tomando-se por base o custo da hora fixado no artigo 5º desta lei, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento) * as horas excedentes das 6 (seis) horas diárias de serviços.

Artigo 7º - A Remuneração do trabalho noturno, será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Obs: o valor da hora extra foi alterado pela Constituição de 1988 de 25% para 50%. Por analogia pode-se considerar que as horas excedentes de que trata o Art. 6º acima devem ser remuneradas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento), ao invés de 25% (vinte e cinco por cento).

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Logo para o profissional que trabalhar por 8 horas diárias a remuneração correta seria de R\$ 8.982,00 (oito mil, novecentos e oitenta e dois reais), visto que o salário mínimo nacional é de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais). O valor proposto pelo licitante se enquadraria para profissionais operando por 6 horas diárias o que inviabiliza a execução dos laudos e é passível do não cumprimento da proposta em tempo hábil, a não ser que o mesmo disponibilize mais profissionais, o que demanda maior custo operacional.

1.2 Da deficiência de profissionais

Para a execução desta proposta se faz necessário o envolvimento de pelo menos um profissional da área administrativa responsável especificamente para atender as demandas de escritório. O que aumentaria o valor proposto.

1.3 Dos veículos

Os valores de locação apresentados pelo licitante não estão de acordo com o mercado da região Sul do Brasil. Os valores médios para locação de carros nesta região gira em torno de R\$ 105,00/dia (cento e cinco reais por dia), considerando que há a necessidade de veículos competentes (suspensão elevada)

para enfrentar estradas com má conservação.

Considerando as estradas rurais, essas não permitem que o veículo mantenha o consumo médio de 14km/hora (quatorze quilômetros por hora) como o licitante propôs, pois a baixa velocidade e necessidade de maior torque do motor do veículo faz com que o consumo médio de combustível aumente, em pelo menos 40% (quarenta por cento).

1.4 Da hospedagem e alimentação

Os valores apresentados para hospedagem e alimentação não tem embasamento íntegro. Para a região Sul os valores são impraticáveis quando se considera instalações adequadas e pelo menos três refeições diárias durante a execução dos laudos. O valor médio mínimo para hospedagem é de R\$135,00/dia (cento e trinta e cinco reais por dia) e alimentação de R\$60,00/dia (sessenta reais por dia).

1.5 Dos cursos e treinamentos

Ao considerar que a equipe será composta de quatro técnicos de campo e estes precisam de treinamento adequado para a execução de todas as atividades propostas, o ideal é que se proporcione cursos e treinamentos que viabilizem o engajamento da equipe, podendo ser alguns deles fora da região de atuação, demandando investimento de passagens, hospedagens e custos com a própria capacitação, o que R\$600,00/mês não cobre as despesas de nem, pelo menos, um técnico.

1.6 Do uniforme

O valor proposto para o uniforme, R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), cobre o custo de apenas uma camiseta o que é inadequado a um profissional de agronomia, que ao executar suas funções pode comprometer o asseio de sua veste, demandando maior quantidade (no mínimo três unidades), elevando o custo para R\$135,00/técnico (cento e trinta e cinco reais o técnico).

1.7 Dos custos fixos

Há omissão por parte do proponente quanto aos custos com aluguel, energia elétrica, telefonia-internet fixa, entre outros custos que deveriam estar especificados na proposta. A omissão destas informações compromete minimamente o orçamento em R\$21.000,00/ano (vinte e um mil reais por ano).

1.8 Das passagens aéreas

Informação importante que não foi demonstrada na planilha, pois pode haver demandas em localidades quão distantes que a rota com veículo terrestre fica inviabilizada.

1.9 Do custo total

Por fim, fazendo uma estimativa de custos reais, o valor exequível da planilha de custos seria de R\$1.147.654,00 (Um milhão, cento e quarenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais).

2. INABILITAÇÃO TÉCNICA

A licitante Instituto Geomológico do Brasil LTDA não apresentou habilitação técnica para o cumprimento do item 10.6.1 e subitem 10.6.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº06/2019 que dizem:

10.6. As empresas deverão comprovar, ainda, a Qualificação Técnica, por meio de:

10.6.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, deverá ser comprovada mediante atestação de qualificação técnico-operacional da empresa ou qualificação técnico-profissional de sócio, dirigente ou gestor responsável, na seguinte forma:

10.6.1.1. No caso de qualificação técnico-operacional da empresa, mediante apresentação de atestados de experiência em prestação de serviços técnico-agronômicos, apuração de perdas ou análise de processos de comprovação de perdas em seguro rural ou Proagro, por período não inferior a seis meses, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

Sendo assim, de acordo com item 10.16 do Edital do Pregão Eletrônico nº06/2019, será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

Ante e exposto, requer o conhecimento desta contestação, julgando-a totalmente procedente para a inabilitação e inexequibilidade da proposta por parte do Licitante Instituto Geomológico do Brasil LTDA.

Fechar